

# Sumário

Apreciação Literocientífica Tribunais de Contas e Inelegibilidade: Limites da Jurisdição Eleitoral – 2 ed.....	XIII
Nota à Segunda Edição.....	XVII
Nota à Terceira Edição.....	XIX
Prefácio .....	XXI
1 Introdução.....	1
2 Tribunais de Contas.....	7
2.1 Fundamentos.....	7
2.1.1 Estado Social .....	8
2.1.2 Regime Republicano .....	15
2.1.3 Tribunais de contas na Constituição Federal de 1988 .....	20
2.2 Natureza jurídica.....	26
2.2.1 Limitações epistemológicas aos conceitos científicos .....	26
2.2.2 Controle externo .....	33
2.2.3 Órgão auxiliar autônomo .....	38
2.3 Exercício da jurisdição.....	42
2.3.1 Classificação.....	44
2.3.2 Jurisdição fora do Poder Judiciário .....	46
2.3.3 Coisa julgada e limites objetivos.....	49
3 Desaprovação de Contas Públicas como Hipótese de Inelegibilidade.....	55
3.1 Direitos políticos fundamentais e inelegibilidades .....	55
3.2 O advento da LC nº. 135 e a constitucionalidade do art. 1º, I, “g” da LC nº. 64/90 .....	60
3.3 Princípios da proteção, moralidade e probidade.....	64
3.4 A hipótese de inelegibilidade e suas principais alterações .....	69
3.4.1 Competência para julgar as contas .....	71
3.4.2 Julgamento pela desaprovação das contas.....	78

3.4.3 Irrecorribilidade da decisão.....	89
3.4.4 Irregularidades insanáveis .....	99
3.4.5 Inexistência de provimento judicial suspensivo .....	108
3.4.6 Dolo da conduta .....	114
3.4.7 Ato de improbidade administrativa .....	125
4 Controle da Decisão dos Tribunais de Contas pela Justiça Eleitoral.....	131
4.1 Controle judicial de outros poderes.....	133
4.2 “Mérito” da decisão dos tribunais de contas .....	138
4.3 Discricionariedade administrativa e judicial .....	145
4.4 Discricionariedade e conceitos jurídicos “indeterminados” .....	152
4.5 Pré-compreensão e Espinosa .....	162
4.6 Limites do controle.....	179
4.7 Repercussão democrática .....	185
5 Conclusão.....	191
Referências .....	195